



Número: **0831501-75.2019.8.20.5001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **23ª Vara Cível da Comarca de Natal**

Última distribuição : **22/07/2019**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FLAVIO LUIZ DA SILVA (AUTOR)		CLAUDIMIR JOSE FERREIRA VELHO (ADVOGADO)	
Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A (RÉU)		ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR (ADVOGADO)	
EUCIMAR PEREIRA GUIMARAES (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
62690514	12/11/2020 11:18	Apelação	Apelação

AO JUÍZO DA 23ª VARA CÍVEL DA JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE.

Processo nº 0831501-75-2019.8.20.5001

FLÁVIO LUIZ DA SILVA, já qualificado nos autos em referência ajuizado em face de PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, também devidamente qualificada, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, por seu advogado adiante assinado, inconformado com a respeitável sentença de piso, interpor **RECURSO DE APELAÇÃO** nos termos dos arts. 1.009 e ss. do Código de Processo Civil, através das razões anexas, as quais requer, após processadas, sejam remetidas à apreciação do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, com as cautelas legais.

Informa que deixou de efetuar o preparo, haja vista que é beneficiário da justiça gratuita.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Natal/RN, 11 de novembro de 2020.

CLAUDIMIR JOSE FERREIRA VELHO

OAB/RN 7.268

EXCELENTÍSSIMO(A) DESEMBARGADOR(A) RELATOR(A)

RAZÕES DO RECURSO DE APELAÇÃO

Nº DO PROCESSO: 0831501-75.2019.8.20.5001



RECORRENTE: **FRAVIO LUIZ DA SILVA**

RECORRIDO: PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS S.A

VARA DE ORIGEM: 23ª VARA CÍVEL

ILUSTRES JULGADORES,

Antes de tudo, porém, esclarece que A SENTENÇA teve sua expedição eletrônica registrada em 06/11/2020. O Apelante, por sua vez, tomou ciência da decisão na data de 11/11/2020, e, considerando que o prazo começa a fluir no primeiro dia útil após a publicação (art. 224, § 3º, do CPC), o quinquídio legal estabelecido para oposição dos presentes embargos finda somente em 03/12/2020.

Logo, evidenciado o pressuposto da tempestividade, deve a peça ser conhecida e julgada.

I - DA SÍNTESE PROCESSUAL E DA DECISÃO APELADA

O apelante ingressou com a presente ação de cobrança de seguro DPVAT, tendo como propósito de indenização oriunda de acidente de trânsito, eis que não paga.

Não foi realizada a perícia médica judicial na parte, o pois o perito alegou ” a impossibilidade de realizar em virtude de ausência de documentos hospitalares” .

Após , foi proferida sentença de improcedência nos seguintes termos:

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

23ª Vara Cível da Comarca de Natal

Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelaria, NATAL - RN - CEP: 59064-250

Processo: 0831501-75.2019.8.20.5001

Ação: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: FLAVIO LUIZ DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

SENTENÇA



I – RELATÓRIO.

Vistos hoje,

Flávio Luiz da Silva, qualificado nos autos, por intermédio de seu advogado, ingressou em juízo com a presente Ação de Cobrança de Seguro DPVAT em face da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, igualmente qualificada. O autor aduz, em síntese, que foi vítima de acidente automobilístico em 29 de julho de 2018, o qual acarretou lesões de caráter permanente. Pelas razões expostas entender fazer jus a indenização no valor correspondente a lesão apurada na perícia médica, bem como requer a concessão do benefício da justiça gratuita. A inicial veio acompanhada de documentos. Devidamente citada, a parte ré apresentou contestação acompanhada dos documentos, aduzindo inicialmente a inépcia da inicial por ausência do boletim de primeiro atendimento. No mérito, questiona a validade do registro de ocorrência, alega a ausência do Laudo do IML, a inexistência de invalidez permanente e a ausência de cobertura, Requer a aplicabilidade da súmula 474 do STJ e aplicação das Leis 11.482/2007 e Leis 11.945/2009. Discorre, por fim, sobre a não incidência da correção monetária e juros a partir do evento danoso, devendo, em caso de procedência, ser fixado o termo inicial a partir da instauração da relação processual e a fixação dos honorários advocatícios em 10% (dez por cento). Pelas razões aduzidas, pugna pela improcedência dos pleitos formulados. Aprazada a perícia médica, o perito informou a impossibilidade da realização do exame em virtude da ausência de documentos hospitalares. Intimado, por seu advogado, para suprir a ausência de documentos, este permaneceu inerte. Após, foi intimada a parte ré que se manifestou pela extinção da ação. Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. Decido.

II – FUNDAMENTAÇÃO.

O autor requer a indenização que entende ser devida, em razão de ter sido vítima de acidente automobilístico que afirma ter acarretado sua invalidez permanente. Sendo assim, aplicável é a Lei nº 6.194/74, com as modificações posteriores, a qual dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não. Pois bem, analisando a redação do dispositivo que estabelece a cobertura do seguro temos: “Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (...)” Em seu art. 5º, dispõe: “Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples **prova do acidente e do dano decorrente**, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.” (grifo acrescido).

Dessa forma, para que o pleito do autor possa prosperar, necessária é a prova do acidente e da sua invalidez permanente. No entanto, conforme petição do perito de ID 482588511, não há nos autos documentos que informe o local das lesões sofridas pelo autor, apenas consta documento que comprova internação, ficando a realização do exame prejudicada.

O autor foi intimado, por seu advogado, para suprir a ausência dos documentos e instruir o processo, no entanto, decorreu o prazo sem qualquer manifestação.



Desse modo, diante da ausência de documentos comprobatórios acostados aos autos e da impossibilidade de quantificar a invalidez permanente sofrida, restou prejudicado a comprovação do nexo de causalidade entre o acidente com o dano atestado pelo autor.

Sobre o tema, a jurisprudência se manifesta:

“RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. **AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL**. DIREITO À INDENIZAÇÃO NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA. Não há provas suficientes e seguras do nexo causal entre o fato, ocorrido em 2005, e o dano descrito; não serve a tanto simples relatório médico contendo declaração unilateral sobre eventos do paciente. **Ausente as provas do nexo causal, não há falar em indenização**. Assim, a sentença merece ser confirmada pelos próprios fundamentos. RECURSO IMPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71004399374, Primeira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Roberto José Ludwig, Julgado em 20/08/2013) (grifo meu)

(TJ-RS-Recurso Cível: 71004399374 RS, Relator: Roberto José Ludwig, Data de Julgamento: 20/08/2013, Primeira Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 22/08/2013)

Destarte, não comprovado o nexo de causalidade, não há que se falar no pagamento do seguro pretendido.

III – DISPOSITIVO.

Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado pelo autor em face da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, fato pelo que EXTINGO o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, Inc. I, do Novo CPC.

Condeno a parte autora a pagar honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, cuja exigibilidade, entretanto, fica suspensa pelo prazo prescricional de 05 (cinco) anos, por ser a parte vencida beneficiária da justiça gratuita, de modo que, durante esse período deverá a parte demandada provar a melhoria das condições financeiras da parte autora, demonstrando que a requerente possa fazer o pagamento sem prejuízo do sustento próprio ou da família, ficando a autora obrigada a pagar as verbas sucumbenciais na caracterização desta hipótese (art. 12 da Lei 1.060/50).

Sem custas (Art. 38, inc. I, da Lei Estadual nº 9.278/2006).

Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos independentemente de nova conclusão.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

NATAL /RN, 6 de novembro de 2020.

EUSTÁQUIO JOSÉ FREIRE DE FARIAS



(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419)

A sentença foi improcedente sob o argumento que não havia nos autos documento hospitalares , o que não é verdade, conforme ID:47186148, esta acostados os prontuários médicos cirúrgicos, onde de maneira minuciosa descreve a lesão do autor.

Contudo, com a devida *venia*, foi omissa o perito ao que “não realizou a perícia em virtude de ausência de documentos hospitalares”, bem como o juízo de primeiro piso ao prolatar a sentença deixou de analisar documentos hospitalares relevantes trazidos ao processo ID:47186148.

II – DOS REQUERIMENTOS FINAIS

Diante de todo o exposto, requer seja recebido o Recurso de Apelação, que seja reformada a sentença que negou o direito do autor por falta de documentos médicos hospitalares , pois os referidos documentos hospitalares estão acostados aos autos ID:47186148.

E que seja remarcada uma nova perícia afim de se possa aferir ou não as sequelas decorrente do acidente.

Nesses termos,

pede e espera pelo deferimento.

Natal/RN, 11 de Novembro de 2020.

CLAUDIMIR JOSÉ FERREIRA VELHO

OAB/RN 7268



